

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Diminuir a TAP e atacar os seus trabalhadores não pode ser o caminho a tomar. É preciso não esquecer o que significa a TAP para o nosso País. Sempre fizemos questão de afirmar o seu papel estratégico do ponto de vista económico e social: sendo uma das principais empresas exportadoras nacionais; uma empresa da qual dependem mais de mil pequenas e médias empresas nacionais; que é empregadora de mais de 10 mil trabalhadores directamente e 14 mil no Grupo TAP, pagando cerca de 700 milhões de euros em salários e dando ao Estado, em impostos e contribuições, cerca de 300 milhões anuais. Para além de outras questões, desde logo as empresas nacionais que são fornecedoras da TAP, estas por si só já demonstram como é justificável o investimento do Estado.

Num contexto difícil para a TAP, fruto de situação pandémica que afecta o sector da aviação no plano mundial, e agravado por opções de gestão que foram sendo tomadas pelo privado, tiveram como solução fazer depender o investimento do Estado na TAP dos ditames de Bruxelas, que impõe um plano de reestruturação que já deixa à vista consequências nefastas para os trabalhadores e a empresa. Tudo indica que, pela vontade da administração, os trabalhadores serão os grandes lesados desta crise, quando na verdade são as peças fundamentais para a retoma da TAP.

Depois das promessas do Governo no sentido de manter a TAP como empresa estratégica e com a sua dimensão, vem a público que este plano de reestruturação conta medidas como: mais redução de trabalhadores, na ordem dos milhares (para além de todos os que nos últimos meses saíram por não renovação de contratos), reduções salariais, ataque à contratação coletiva.

Sublinhamos que é preciso tomar medidas para enfrentar a situação atual e enfrentar o futuro. O País não pode ter apenas uma visão de conjuntura para a companhia aérea de bandeira, pelo que é indispensável planear e assegurar capacidades para além das restrições do momento. O PCP tem ainda conhecimento, e como tem sido denunciado também pelas organizações representativas dos trabalhadores, que se está ainda a proceder a amputações na actividade da companhia, como os processos de outsourcing em grande escala – informática e outros – que vão avançando.

O PCP considera este caminho inadmissível e vergonhoso e que o Governo tem que responder pela solução encontrada para a TAP, sendo o principal responsável se este plano de destruição avançar. Um plano no qual as organizações representativas de trabalhadores não têm sido envolvidas como deveriam, e onde é pela comunicação social que as informações chegaram em primeira instância.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Confirma o Governo que o plano de reestruturação apresentado vai no sentido do exposto?
2. Qual a posição do Governo sobre este plano?
3. Que medidas vai o Governo tomar para impedir a redução de mais trabalhadores, o ataque aos seus direitos e a amputação de serviços da TAP?
4. Considera o Governo que estas medidas são compatíveis com o desenvolvimento da TAP e a manutenção do seu papel enquanto empresa estratégica para o País?
5. De que forma considera o Governo que estão a ser envolvidas as organizações representativas dos trabalhadores neste plano de reestruturação?
6. Que informação tem o Governo sobre a relação da ANA com a TAP e sobre os custos que a privatização da ANA teve para as contas da TAP?

Palácio de São Bento, 2 de dezembro de 2020

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)